

## A IDEIA DE FATO HISTÓRICO: HISTÓRIA, ARTE E CIÊNCIA

LA IDEA DEL HECHO HISTÓRICO: HISTORIA, ARTE Y CIENCIA

THE IDEA OF HISTORICAL FACT: HISTORY, ART, AND SCIENCE.

### TEIXEIRA, CRISTHIANO DOS SANTOS

Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Secretaria de Estado de Educação de Goiás

E-mail: [cristhiano\\_mpl@yahoo.com.br](mailto:cristhiano_mpl@yahoo.com.br) .

#### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir sobre a historiografia que aborda a questão do conceito de fato histórico em diferentes épocas e contextos históricos. A partir desse pensamento reuni aqui alguns historiadores e filósofos no intuito de buscar esboçar uma discussão sobre o papel do “fato histórico” na construção científica do conhecimento e sua importância para a formação da história na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: fato histórico; arte; ciência.

#### RESUMEN

Este artículo busca analizar la historiografía que aborda el concepto de hecho histórico en diferentes períodos y contextos históricos. Con base en esta reflexión, he reunido a varios historiadores y filósofos para delinear una discusión sobre el papel del «hecho histórico» en la construcción científica del conocimiento y su importancia para la formación de la historia actual.

PALABRAS CLAVES: hecho histórico; arte; ciencia.

#### ABSTRACT

This article aims to discuss the historiography that addresses the concept of historical fact in different historical periods and contexts. Based on this thought, I have gathered together several historians and philosophers to outline a discussion on the role of "historical fact" in the scientific construction of knowledge and its importance for the formation of history today.

KEYWORDS: historical fact; art; science.

## INTRODUÇÃO. DO PRINCÍPIO DO FATO HISTÓRICO.

*Feia cousa seria, prosseguindo nossa história, se não escrevêssemos assim as desaventuras da nossa gente como seus bons aquecimentos, que diz Tulio em seus livros, que entre os grandes cargos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever verdade, e que escrevendo a verdade não mingue dela nenhuma cousa.*

(Zurara)

O conceito de “fato histórico” tem sua origem na etimologia da palavra latina “factum” que, como particípio passado do verbo “facere”, remete-se, ao mesmo tempo, ao “fazer” e ao “acontecer” historicamente. Seu vínculo com essas duas dimensões, da historiografia e da história, ou seja, do “fazer” e do “acontecer”, reflete ainda hoje, desde a sua origem, a busca pelo equilíbrio entre a narrativa e a realidade.

Leopold V. Ranke, por exemplo, no livro *The theory and Practice of History*, como consta no manuscrito de 1830, já defendia que a ideia elaborada sobre o “fato” seria uma forma de garantia da verdade, essencial para se pensar a realidade no tempo. O seu resultado deveria partir do pressuposto de que todo fazer científico sobre a realidade narrada seria, portanto, uma maneira de garantir a providencialidade de sua expressão verdadeira. Esse tipo de pensamento, segundo ele, configuraria não só o pensamento do fato histórico, mas o principal motivo que nos levaria à prática historiográfica, que traça uma distinção entre o fazer e o viver no tempo. Isso, segundo ele, diferenciaria a história “de todas as outras ciências por ser também uma arte” (Ranke, 1973, p. 33).

Essa afirmação reverbera ao longo dos séculos uma marca própria da essência positiva da história. Que provaria, por um lado, que toda história deveria ser, primeiramente, pensada como uma forma narrativa sobre a realidade. E, posteriormente, como pensava Ranke, poderia ser qualificada sob a prova da sua dimensão na realidade, isto é, contextualizada a partir do poder temporal determinada pelo enunciado das fontes. Para o século XIX, todo fato deveria ser um fundamento indispensável para tal afirmação sobre a localização de determinada realidade histórica. Os cientificistas, no século XIX, diziam que se o formato do romance havia de ter sido condenado pela sua liberdade e expressividade excessiva, criatividade e imaginação. Já o historiador, por outro lado, foi, desde a antiguidade, condenado por ter que buscar sempre a verdade por meio do fato, em seus registros e argumentação.

Thomas Hobbes, por exemplo, em 1651, já havia setenciado que todo tipo de “registro do conhecimento dos fatos seria chamado de história” (William, 2010, p. 11). Onde o “fato histórico” se impõe para o pensamento racional. Ele é tão importante para a ciência histórica que, no século XIX, passa a contrariar não só a filosofia, mas, também, a própria a realidade social.

Sendo assim, se o fato histórico havia sido convertido em “uma função da vida” (Reis, 2003, p. 84), isso significaria dizer que ele não seria apenas a sua expressão, mas, também, a sua orientação para o futuro. Como disse José D’Assunção Barros, o fato é a expressão não só de uma verdade no tempo, mas, também, a sua própria realidade através do qual a história deve operar sobre as funções interiores do seu significado. Por isso mesmo que se buscássemos por meio de uma via direta da palavra “história” uma expressão do que seria o “fato”, nos confrontaria a expressão de tudo aquilo que nos refletiria o “tempo”. A própria ideia de “fato histórico” seria, assim, a principal manifestação do tempo. Ou seja, uma espécie de condicionante historiográfico que situaria toda realidade nos moldes da sua vivência e da sua expressão no tempo.

Não podemos, nesse caso, de forma alguma, ignorar que a realidade vivida é, também, um ponto de conversão. Em algum momento, o historiador entra em conflito com o tempo do fato, na busca por uma extensão dos corpos e das mentes que configuram no passado essa existência social dos homens a partir da sua condição na realidade. Um exemplo disso, seria o fato de que o tempo nos imporia diferentes formas de duração, de manifestação e existência no tempo da nossa própria insignificância na sociedade. Essa relação entre o tempo social e a socialização do tempo, revelam os objetivos e possibilidades abertos por ele que confluem ao ponto subjetivo dessa suposta realidade. Isso constituiria um ponto crucial do nosso pensamento, que recai sobre a lógica variável daquilo que chamamos de dimensão da vida humana no tempo, e sua condicionante factual.

Observe que o fato se tornou, assim, tão importante para as humanidades que foi, aos poucos, sendo incorporado às ciências históricas na busca pela vida dos homens no tempo. Mesmo que, às vezes, de forma equivocada preenchemos o vazio sobre determinada realidade social através de hipóteses e suposições, sobre como os personagens pensaram o seu tempo, o investigador sempre se depara com a identificação dos fatos as condições em que essa realidade foi expressa, e



como ela permitiu a possibilidade de tal expressão. Segundo Le Roy e Poincaré, todo investigador-cientista se torna o principal responsável por dar sentido aos fatos (Poincaré, 1995, p. 141). Segundo G. Benzoni, os fatos se tornam merecedores do “amor e respeito” de quem os detém (1990, p. 46 In Iggers; Powell). É ele, nesse sentido, que diametralmente justifica qual o verdadeiro desígnio da vida por meio do uso das palavras. Que, segundo B. Croce, foram convertidos na revelação de tudo aquilo que nos chegaria “do outro lado e que é anunciado, mas não explicado” (2023, p. 71).

Essa lógica sobre a longa tradição descrita sobre o uso e aplicação do fato se tornou, aos poucos, um importante fator para as ciências humanas no século XIX - um ponto que o diferenciava da literatura ou da filosofia. A história passa a cobrar do cientista certa segurança na argumentação lógica sobre a expressão do passado. Onde passa a compreender sobre os efeitos dos acontecimentos e seus desdobramentos. Não podemos negar que a Revolução Francesa, por exemplo, ou a primeira guerra mundial, constituem, em si, fatos históricos. Pois não podemos negar que esses acontecimentos estão situados a determinada condição no tempo que os regula, e que os condiciona a certas peculiaridades econômicas, sociais e políticas próprias de sua época.

Para Charles Seignobos toda forma de expressão do conhecimento científico conduziu o século XIX a busca pela autoridade do fato. A ideia de fato histórico não foi pensada, de forma alguma, apenas como algo “indireto” ao cientista que os detém. Pelo contrário, na verdade a ideia de fato histórico fez com que a história se tornasse “essencialmente uma ciência de raciocínio” (Seignobos, 1901, p. 15). Pois o fato é incorporado como um produto direto” da razão de quem o elabora.

Através dessa lógica, E. H. Carr afirmou que o século XIX deu um grande salto no tratamento com a ideia de objetividade histórica, pois, segundo ele, foi “uma grande época para os fatos” (1982, p. 12). Sendo assim, toda ciência passa a depender do “fato”, que, em sua totalidade, se projeta socialmente na forma de argumentação, e que compreende o conjunto do seu acontecimento. No caso do fato histórico, por exemplo, o conhecimento científico passaria a indiciar no tempo uma ação individual e coletiva dos homens que buscam, sempre, impor o seu domínio sobre a natureza. Essas formas de domínio é o que constitui a existência do fato. No entanto, a construção do fato histórico não poderia ser diferente da construção literária. O fato não poder ser, assim, apenas o reflexo de uma objetividade estoica, mas, de uma subjetividade que constitui justamente a “arte da sua apresentação” (Vierhaus, 1990, p. 62).

Esse procedimento fez com que a pragmática do fato científica “encontrasse as razões para fatos históricos nos homens” (Croce, 2023, p. 71). Para Benedetto Croce as manifestações e funções do fato pertencem aos homens, que, por sua vez, deve expressá-los empiricamente na forma de arte.

Wilhelm Von Humboldt, em seu icônico tratado intitulado “*Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers*”<sup>i</sup>, publicado em 1822, dirigiu-se a Karl Theodor Welcker as seguintes palavras: “Comparei a história à arte, que não é apenas uma imitação da forma, mas dá forma à ideia que subjaz à forma” (Vierhaus, 1990, p. 63). Essa sentença nos sugere exatamente o que buscamos apresentar neste artigo sobre o sentido do fato na história. Assim como a arte, a história não poderia se limitar apenas a buscar pela mera reprodução imparcial e desapaixonada dos fatos, mas, como disse Poincaré, com “amor e respeito”. Pois, é por meio da prática interpretativa, do nosso envolvimento direto, que devemos expressar o verdadeiro amor científico pelo significado.

No século XIX, Henri Poincaré reiterava que todo “fato científico jamais seria outra coisa que não o fato bruto traduzido para uma outra linguagem” (1995, p. 146). Observe que a história passou a exigir de si o uso científico de determina linguagem que varia de acordo com cada campo de conhecimento e que é adaptada a sua forma de objetivação. Compreender isso, significa traduzir a realidade como uma forma de ciência da expressão, ou seja, como um tipo de arte adaptada. Nesse caso, a ciência se imporia como uma forma de linguagem objetiva, o que quer dizer que ela seria parte de uma linguagem elaborada a partir do fato que o significa. Pois, toda forma de linguagem objetiva, segundo Rudolf Vierhaus, busca:

A perfeição das “grandes combinações que existem nas coisas”, a elaboração do “contexto do todo”, o esforço “para compreender as coisas ao mesmo tempo nas profundezas de sua existência e na variedade de sua manifestação característica”, a investigação da “conexão” do indivíduo “com as circunstâncias gerais e a necessidade que resulta destas e reside nas coisas”, é a narrativa do historiador, uma conquista pela qual ele converte fatos históricos em história e tenta demonstrar a verdade histórica (Vierhaus, 1990, p. 63).



A partir desse pressuposto, os historiadores incorporaram a responsabilidade por aquilo que o século XIX havia qualificado como sendo a “ciência do fato histórico”. Essa ciência que busca o fato através de um conjunto de combinações entre a fonte, a prova, a interpretação e a narrativa (linguagem) histórica. Para Koselleck, essas combinações constroem o fato histórico, o que reflete a sua construção científica no tempo e determina a razão da sua experiência por meio da linguagem.

Se a narrativa histórica foi convertida nesse campo de expressão do fato, ao assumir a linguagem racional como forma de expressão da sua cientificidade, ela mesma se submeteu ao controle da verdade. O século XIX passou a exigir que cada ciência se revestisse por uma forma de linguagem objetiva que pudesse expressar com segurança a totalidade específica do seu pensamento, regimentando o seu viés metodológico. Segundo Humboldt e Vierhaus, a incorporação dos fatos reflete a delimitação dessa forma de linguagem, que não caracteriza uma história em si (Vierhaus 1990, 63). Isso significa dizer que se o fato se torna um determinante do produto da prova racional da humanidade, então ele incorpora essa combinação entre a “arte de sua representação” e sua linguagem (Koselleck, 2014, p. 92).

A busca incansável pela verdade no fato para Christian Delacoix, é o que motivou Berthold G. Niebuhr a qualificar Leopold von Ranke sob a alcunha de um “escravo da verdade” (2012, p. 77). Poincaré (1854-1912) se indagou ao que “parece supérfluo investigar se o fato bruto está fora da ciência [ou não], pois não pode haver nem ciência sem fato científico, nem fato científico sem fato bruto, já que o primeiro é apenas a tradução do segundo” (1995, p. 147). Ao passo que para Ranke o fato deveria ser apenas a transcrição dos fatos brutos contidos na fonte, para Poincaré todo fato científico seria uma tradução do fato bruto.

Itamar Freitas endossa essa discussão sobre a relação entre o fato acontecido e a sua tradução. Segundo ele, quando invocamos a ideia de ‘cientificidade do conhecimento histórico’, a partir dessa discussão atribuída ao século XIX, levanta-se muitas dúvidas em relação de como os historiadores em sua época pensaram sobre o sentido da história. Ao fazer esse questionamento, Freitas levanta um sério debate sobre o papel da ciência na historiografia, pensada com a finalidade de construção de modelos sociais a partir de orientações sobre as ações dos homens no passado. Condicionando à ideia de história o “caráter de ser ou de existir do objeto e o caráter de ser conhecido do ‘objeto’, como uma ideia ou coisa situada em frente ou na mente do sujeito conhecedor” (Freitas, 2021, p. 275).

Observe que para Freitas a historiografia pensa o fato de ‘ser’ ou existir do fato como objeto, ou seja, aquilo que estaria na ‘mente do sujeito conhecedor’: o seu objetivo. Isso se aproxima ao fato no pensamento de Henri Poincaré, onde, segundo ele, nessa direção, já indicava que todo “fato científico *seria* apenas o fato bruto traduzido para uma linguagem cômoda” (1995, p. 147). Ainda na primeira metade do século XIX, Humboldt já chamava nossa atenção para a questão da importância da linguagem científica na construção do fato histórico. Segundo ele, não devemos desconsiderar a linguagem já que ela exerceria um papel indispensável na construção científica do nosso conhecimento. Para ele, seria mais urgente saber como se processaria essa construção da totalidade a que pertence o fato traduzido e não a materialidade do fato objetivo propriamente dito. Assim, o historiador seria obrigado a se entregar a textualidade do fato construído, na busca pela realidade da sua tradução (Vierhaus, 1990, p. 64).

A totalidade objetiva do fato pertenceria àquilo que H. Poincaré disse. Segundo ele, pensar a objetividade histórica requer do historiador um exercício hercúleo de aceitação da história como uma forma de manifestação da “linguagem”. A linguagem seria a única chave possível de nos libertar dessa opressão imposta pela rigidez do fato na busca pelo retrato material da sua existência verdadeira. É inegável que há conclusões objetivas na história, sem sombra de dúvidas. Porém, tais conclusões indicariam que a objetividade é resultado da sua ingerência por meio da linguagem. A ideia de realidade do fato, de acordo com Rudolf Vierhaus, é o que permitiu, no século XIX, os historiadores se assentarem sob a ideia de totalidade a partir da ideia de narrativa do acontecimento, que ela mesma representa (1990, p. 64).

O emprego do conceito de totalidade, combinaria a função da linguagem, sugerida por Poincaré, aos termos do pensamento sobre a importância da habilidade narrativa do historiador na expressão do saber científico. Essa ideia sobre a linguagem, passaria a cobrar que o historiador dominasse a arte de expressão dos fatos, com uma escrita científica precisa e segura, seguindo os parâmetros textuais com “sequência interna, para tornar visíveis as forças efetivas reais, a fim de dar ao seu relato a forma na qual sua verdade e veracidade se baseiam” (Vierhaus, 1990, p. 64). T. Kuhn, por exemplo, analisou os meios das realizações textuais e sua concretude, condicionando as funções internas da narrativa à uma ideia de teoria da escrita. Sob o direito de instrumentalização e aplicação do seu conhecimento.

Sendo assim, neste artigo nos propomos a pensar como as ciências históricas, no geral, buscaram pensar a literalidade científica do seu conhecimento no século XIX. E como esse pensamento constituiu um novo caminho aberto pelas ciências através de uma ideia de cientificidade para o futuro. Ela mesma que se converteria no próprio produto da sua realização. Pois, a ciência, a partir dessa concepção lógica sobre a linguagem, seria condicionada, pela primeira vez, a sua variável. Que, segundo Seignobos, seria organizada de acordo com cada espaço do conhecimento. Ou seja, enquanto as ciências biológicas se dedicariam à elaboração de uma linguagem dos fatos biológicos, a matemática com uma linguagem sobre os fatos



numéricos, ou a geografia como uma ciência da linguagem sobre os fatos geográficos e o direito como uma linguagem sobre os fatos jurídicos, a história, por sua vez, se formalizou, no século XIX, como uma linguagem dos fatos no tempo (Seignobos, 1901, pp. 14-15). Darwin, por exemplo, na mesma época em que se processava essa compartimentalização do conhecimento, reuniu uma incrível variedade de fatos biológicos, que, segundo ele, foram, variavelmente, submetidos a diferentes formas de interrogação dentro das inúmeras possibilidades oferecidas pela sua cientificidade, de diferentes formas de linguagem – seja pela linguagem do comportamento, ou da paleontologia, da biogeografia, da sistemática, da morfologia ou da embriologia. É a partir dessa lógica variável sobre as formas de linguagem que Darwin desenvolveu, no campo da Biologia, um meio de formalização da sua ciência, como uma ciência do pensamento evolutivo (Rüsen, 1999; 2009).

## DA SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE DO FATO HISTÓRICO

Giuseppina D’oro disse que a compreensão sobre a diferença existente entre a aplicação das ciências naturais e as ciências humanas deveria levar em consideração, primeiro, as diferenças entre os fundamentos da sua facticidade. Segundo ele, enquanto o objetivo das ciências naturais seria o da previsão do domínio sobre a natureza da humanidade, resultante da sua generalização indutiva, o objetivo das ciências humanas deveria nos levar a uma compreensão do domínio humano sobre a natureza, que lhe impõe sentido (D’oro, 2009, p. 145).

Para Jörn Rüsen, esse domínio sobre a natureza seria determinado pela ação humana como simples propósito de controlá-la. Impondo-lhe, através dos sentidos, uma natureza dominante que se forma através das forças econômicas, políticas e sociais que lhe impõe. Segundo ele, toda ação seria o reflexo do “conteúdo material da manifestação empírica da vida no tempo” (Rüsen 2015, p. 175). Semelhante ao pensamento do filólogo alemão Friedrich Wolf, que defendia que todas as formas de ações humanas sobre a natureza foram transformadas em objeto científico justamente porque os homens são, naturalmente, atraídos pelas ações de outros homens. O que os ajudaria a aliviar a dor de sua própria existência em não se sentir totalmente alheio ao domínio dos outros. Essa justificativa sobre a realidade empírica da vida social demonstrou ao longo do tempo que os homens sempre serão eternamente interessados pela estranheza de outras épocas. Como dizia Marx, “a história só é feita pelos homens” (1844, p. 146).

A grande sacada de Ranke em sua época foi propor que a ideia de objetividade (a partir da imparcialidade) do fato histórico deveria partir da sua preexistência universal. Ele vincula, assim, o indivíduo à totalidade da sua natureza no tempo da história. Em 1882, Ranke escrevia que estaria se tornando consciente do fato de que se esforçava, o historiador deveria “separar objetivamente o acidental e o passageiro do permanente na *Weltgeschichte*” (1981, p. 82).

Foi no século XIX que se gestou a ideia de “objetividade” e “subjetividade” que, como apontou Lorraine Daston, foram produzidas através da expressão do fato. Ambas as palavras surgiram pela primeira vez no dicionário de língua alemã nas duas primeiras décadas do século XIX. Ocasão em que foram diretamente vinculadas à ideia de unidade do individual em seu tempo universal. Ou seja, foi um “período crucial para a emergência da objetividade científica, e particularmente pela fusão de seus componentes epistemológico e moral” (Daston, 2017, p. 73). Para Daston, só a partir de 1830 é que a ideia de “subjetividade” e “objetividade” foram, então, sendo, aos poucos, incorporadas por outras línguas europeias fora da Alemanha, como, por exemplo, o francês e o inglês.

Para Collingwood (1981) essa crítica em relação à objetividade e subjetividade do fato, no século XIX, ao contrário do que se afirmava, não possuía materialidade suficiente nas psicologias dos agentes históricos como justificativa para o apelo das verdades gerais sobre a natureza humana e suas ações, ao contrário do que pensava Ranke.

O próprio Collingwood chegou a renunciar, na primeira metade do século XX, essa “objetividade” positivista, a qual Droysen havia qualificado como “objetividade eunuca”. Collingwood buscou substituir, por exemplo, a ideia de objetividade da “fonte” pela ideia de “prova histórica”. Segundo ele, essa concepção de “prova” histórica seria mais eficiente do que a ideia de “fonte”, cunhada no século XIX. Chamá-la de *prova*, segundo ele, traduziria não só uma realidade inerente ao fato, mas, também, o sentido dado para a sua expressão narrativa.

Sendo assim, a ideia sobre a dependência entre o “fato” e a “fonte”, foi convertida nas ações humanas que não seria apenas uma prática de imitação do passado, como dizia Ranke, mas, mais do que disso, uma expressão da perspectiva atualizada. Segundo Collingwood, definir o uso da expressão de “prova histórica” evidenciaria um componente característico ao historiador, que busca por reviver o passado por meio da prova de sua própria reflexão. Collingwood se afasta



completamente dos exageros positivistas que tratou a objetividade como uma mera expressão da realidade austera contida nas fontes. Para ele, todo tipo de objetividade concentraria na prova histórica uma realidade mutilada.

Collingwood (1981), no início do século XX, estava convencido de que toda lógica que recaiu sobre a expressão dessa realidade objetiva da história, seria diferente da explicação dos eventos meramente naturais como uma realidade essencial. Collingwood foi um historiador realista, porém, de um novo tipo, como dizem alguns pensadores. Segundo ele, a história deveria ser algo a priori equiparada à natureza subjetiva do historiador. Algo intrínseco à sua mente, aos seus sentidos e aos esforços que submeteriam o princípio da construção objetiva às qualidades e virtudes da sua escrita, ou seja, do fazer historiográfico.

Esse ponto de vista levantado por Collingwood significaria dizer que a “veracidade do historiador tem que buscar de modo semelhante ao artista, isto é, partindo de eventos individuais para a compreensão de sua inter-relação” (Vierhaus, 1990, p. 64). Observe que esse trecho vai de encontro ao que pensava Collingwood, que afirmava, em sua época, que toda forma de operação científica seria, também, indistintamente determinada pelo particular de quem o constrói. Já que todo historiador deveria se prestar ao contexto geral, em toda a sua complexidade. A partir do qual nos fornece explicações gerais sobre o que não se esgota pelas ações decorrentes de contextos individuais ou leis fantasiosas.

Essa ideia de processamento da história geral se baseia na visão cientificista de que todo fato seria um produto da mente. O que deveria ser abordado não só pelas questões relativas ao lugar na sociedade ao qual o historiador pertence, mas, também, ao tempo que ele é submetido – sua relação com a vida humana e o seu significado universal configurariam o fato da sua existência. Essa questão normalmente só seria discutida no contexto geral da filosofia da mente ou da linguagem, e não da história. A história passou, no século XIX, a adotar um novo modelo interpretativo de universalização dos fatos, em que pese a sua especificidade. Sendo influenciada, por exemplo, pela filosofia da hermenêutica. O próprio historiador passou a se basear nessa premissa filosófica da sua capacitação moral, baseando-se no seu discernimento universal. A partir dessa visão, a história permitiu servir a sociedade o “fundamento e sustentáculo do processo (*Gerschehen*) em que o presente tem suas raízes” (Dosse, 2003, p. 182).

O próprio Friedrich Schleiermacher, figuraria essa indispensável adaptação filosófica do conhecimento histórico na aplicação da filosofia hermenêutica, que teve como principal representante Leopold V. Ranke. Quem, de fato, fundamentou na prática “a autonomia do pensamento histórico” (Reis, 2003, p. 19), e que combinou os elementos inerentes à objetividade no processo de interpretação dos fatos históricos a partir de sua utilidade futura.

Não se pode negar que foi a partir dessa hermenêutica filosófica que a história atingiu a sua profundidade metodológica. O método empregado sobre o tempo, pelas *Geisteswissenschaften*<sup>ii</sup>, foi fruto desse pensamento hermenêutico. Que permitiu que a história confrontasse o intérprete das fontes com a tarefa de reconstrução do passado. Os historiadores positivistas, por exemplo, argumentariam que as explicações mentais propostas pelo método hermenêutico sobrevinham as explicações físicas, e, portanto, as propriedades mentais que recaíam sobre as leis do “fato” deveriam ser, primeiramente, submetidas às propriedades físicas da mesma forma que, para Locke, as propriedades mentais haviam sido submetidas às qualidades secundárias que incorreram às propriedades primárias dos seus objetos (D’oro, 2009).

Essa qualidade interpretativa do fato histórico estabeleceu, assim, sua coligação com as propriedades físicas e mentais do seu progresso historiográfico. Definida por C. B. McCoullagh como uma matéria que nos liga à sua “coligação” no tempo, e que, por sua vez, resultaria na “coligação de fatos”. Segundo ele, “podemos aplicar este termo a todos os casos em que, por um ato do intelecto, estabelecemos uma conexão precisa entre os fenômenos que se apresentam aos nossos sentidos”, coligando, assim, “subjetividade” e “objetividade” na história. A própria palavra “coligar”, nesse caso, deriva da palavra latina *colligere*, que significa, por sua vez, unir fatos ou coisas (Whewell, 1967, p. 36 Apud McCoullagh, 2009, p. 152).

Essa busca pela coligação dos fatos deveria ocorrer a partir do equilíbrio entre objetividade e subjetividade, estabelecendo, assim, “uma relação direta com a questão fundamental da humanidade” (Vierhaus, 1990, p. 65). Muitos historiadores, como é o caso de Collingwood, discutido aqui, ignoraram a importância de Ranke e sua contribuição para pensamento historiográfico no século XIX, mesmo ele ignorando a importância da escrita na operação científica da história. Ranke também praticava, indiretamente, dessa coligação objetiva e subjetiva da escrita histórica. Segundo Rudolf Vierhaus, “para Ranke, a orientação divina do homem e da história do homem era a condição da possibilidade de uma compreensão objetiva da história; a historiografia como arte era o instrumento, o órgão para descrever a história como um processo significativo” (1990, p. 65).

Sendo assim, Ranke considerava que o fato histórico era uma expressão metafórica da própria vida humana na realidade. Considerando que a “obra historiográfica representaria o gênio da linguagem, a educação e os valores culturais de seu tempo” (Vierhaus, 1990, p. 65). Peter Gay criticou essa postura, afirmando, por outro lado, que o emprego de um estímulo



imparcial de escrita, buscaria, por objetivo, transcrever a “histórias a partir de outras histórias” (1990, p. 76), o que não levava em consideração o papel fundamental da subjetividade na construção do fato histórico.

Peter Gay, ao se dirigir ao século XIX, nos chama atenção para o fato dos historiadores dessa época terem instituído as “relações intrínsecas” existentes na construção histórica da realidade. Que, segundo ele, instituíram as conexões existentes no seu interior, levando à transgressão do pensamento ou das ideias que constituíam a expressão máxima dessa universalidade extraída das ações humanas. O próprio historiador Dilthey, nessa época, defendia que a construção do fato histórico deveria ser uma forma científica de conversão do pensamento subjetivo em uma série de ações que poderiam ou não estabelecer uma relação objetiva direta com os propósitos que determinariam a sua prova documental.

Para alcançar esse propósito, o historiador deveria se equipar “de instrumentos e técnicas de pesquisa mais aprimorados que apresentam uma descrição objetiva do passado” (Vierhaus, 1990, p. 67). Aqui, “o historiador interroga-se, então, sobre as diversas modalidades da fabricação [*do fato*] e da percepção do acontecimento a partir de sua trama textual” (Dosse, 2003, p. 180) que determina, por sua vez, a presença humana em cada época.

Seja como for, o fato, a *prova* ou o *indício* acontecimental são processados por meio da subjetivação dos espíritos de cada época. Toda ciência, sem dúvida, é dependente de algum fato que o determina. E que, por sua vez, deve qualificar o seu campo de domínio. Ankersmit, por exemplo, chamou os fatos de “substâncias narrativas” ou “narratios”. Segundo ele, todo fato pode ou não ser nomeado a partir de conceitos coligatórios (Ankersmit, 1983, p. 100). Ou seja,

O termo “narrativa” (derivado do latim “narrare” = contar, relacionar, narrar, relatar) aplicado à historiografia sugere que o texto historiográfico é, basicamente, uma história contada pelo historiador sobre algum aspecto ou parte do passado. A proposta de conceber a historiografia dessa forma remonta à Antiguidade (cf. Quintiliano: “*historia scribitur non ad probandum sed ad narrandum*”; “a historiografia não é escrita para provar, mas para contar”), foi adotada por historiadores do século XIX na Alemanha (Ranke, Droysen), França (Barante, Michelet) e Inglaterra (Carlyle, Macaulay) e determinaria grande parte da discussão sobre a natureza da historiografia na segunda metade do século XX (Ankersmit, 2009, p. 199).

Observamos que no decorrer dos séculos, os historiadores buscaram estabelecer certa unidade entre o tempo da narrativa e os eventos gerais inerentes aos fatos que determinam essa unidade. Por exemplo, há eventos físicos e humanos que constituem e determinam a Revolução Francesa. Ou pelo menos a versão que alguns historiadores contam sobre ela. No entanto, os fatos se tornam versões que constituem, em si, os eventos gerais e/ou particulares observáveis, que partem de uma realidade própria no tempo e que marcam a ordem dos seus acontecimentos. Já no caso da chamada revolução constitucional francesa (1791), ao contrário da própria revolução em si, os historiadores partem de um processo de reflexão ou teorização das leis.

Não é possível que o conjunto dos acontecimentos que compõem o fato não possa estabelecer a relação necessária entre os encadeamentos eventuais que constituem o seu acontecimento. E que, por sua vez, se projeta no fato a sua dinâmica. Collingwood dizia que toda ação seria passível de outros pensamentos. E que o historiador deveria, independentemente da sua crença, ter em mente que aquilo que o sujeito histórico torna produto do seu pensamento é, na verdade, uma realidade preexistente que possibilita a sua avaliação (Collingwood, 1981). O próprio sujeito histórico é traduzido, em parte, pelas regras da sua objetivação. Onde cada época é determinada pelo fato da sua existência. Mas, todo fato ganha dimensão narrativa, que é preenchida pela subjetividade de quem o interpreta. Isso permite pensar a amplitude do fato em cada época, que é verificado e cocebido apenas em seu tempo e nunca fora dele. Os fatos são organizados em uma linha de sucessões, caótica, que organiza o seu acontecimento, e que parecem se autorregular entre si, por conta própria, em uma linha reta, mas que na verdade, não possuem autonomia suficiente que os leve a existir devinulado de quem os interpreta (McCoullagh, 2009, p. 155).

A relação entre os fatos e os acontecimentos, ou entre “explicação” e “previsão” na história, só pode existir caso as leis gerais possam ser também simetricamente relacionadas ao seu desdobramento no tempo, dentro cada espaço que condiciona as situações de cada época. Não como nas equações newtonianas de movimento da natureza, mas, nesse caso, de acordo com as circunstâncias humanas da política, da economia e da sociedade que pesam sobre cada indivíduo em sua época. As leis humanas, de forma alguma, não obedecem a uma simetria física rigidamente perfeita e bem alinhada no tempo da sociedade, como ocorre com as forças da natureza. Se fosse assim ela mesma seria estabelecida apenas através das relações mecânicas próprias da sua natureza. Na verdade, a vida humana é uma operação caótica. Ela é socialmente assimétrica. Algo temporalmente econômico, político e cultural (Berry, 2009).



Os filósofos da história debateram por séculos se existia ou não objetividade no tempo passado. Ou seja, se existia ou não alguma base racional na escrita histórica. Para Philippe Ariès, o século XIX discutiu sistematicamente sobre as distinções entre a ideia do ‘fato histórico’ e os ‘fatos da natureza’. Alguns historiadores, inclusive, chegaram a afirmar que essa distinção se assentaria no fato da “própria natureza de suas pesquisas” (Ariès, 2013, p. 289). Segundo Ariès, as ciências naturais buscavam, naturalmente, reduzir a história ao campo da leitura ou da memorização de datas e acontecimentos. A história não pode ser reduzida a uma mera ciência do observável.

A mudança mais surpreendente no status das leis naturais é observada quando observamos as maiores escalas da investigação científica. Na cosmologia contemporânea, é perfeitamente concebível que nossas leis "universais" da natureza sejam meramente condições ambientais locais de nossa região particular do universo, o "universo observável", que pode ser parte de um universo muito maior (Carroll 2006). Tais propriedades do universo, como as observamos hoje, são talvez apenas uma solução peculiar das leis fundamentais; a evolução do nosso universo, que deu origem às suas características particulares, pode ser apenas uma dentre um vasto número de possíveis histórias alternativas. (Berry, 2009, p. 163).

Sendo assim, não poderíamos abrir mão facilmente do fato, já que é ele próprio quem delimita a história como sendo, em parte, uma ciência de reflexão. O ‘fato histórico’ é o que diferencia a disciplina histórica de outras ciências. O que significa que ela mesma existe para além do campo da mera transcrição das fontes, como pensava L. Ranke. A história não se baseia apenas em ações repetitivas ou concepções meramente instrumentais da natureza histórica. A história é uma ciência que se alimenta das forças vitais a sua relação com a temporalidade do fato e o seu significado.

Contraopondo a história, por exemplo, a matemática se pretende processar a busca do seu objeto na forma como ela organiza os números a partir de uma linha reta e contínua dos seus resultados, o que a possibilitaria expressar, através dos cálculos apresentados, o quadro geral da sua operação. Diferente da matemática, a história, por outro lado, teria por objetivo medir a descontinuidade do tempo. O que, por sua vez, refletiria a sequência dos fatos e expressaria o quadro geral dos seus acontecimentos.

O facto de que, assim como nas matemáticas a grandeza da relação é uma coisa diferente de cada um dos termos relacionados, assim a História é a relação, a conjunção, estabelecida, por iniciativa do historiador, entre dois planos da humanidade, o passado vivido pelos homens de outrora, o presente em que se desenvolve o esforço de recuperação desse passado em proveito do homem, e dos homens de depois (Marrou 1966, 33).

Foi na década de 1840 que “ocorreu outra grande mudança no discurso científico, que os historiadores foram forçados a adotar uma nova tática para autorizar o status científico de sua disciplina” (Reil 1990, 23 In Iggers; Powell). Nessa ocasião, os historiadores, em fim, conquistaram a sua libertação da filosofia. Onde passaram a distinguir historicamente o seu objetivo nas ciências humanas e sua operação (*Ib.*, 23). Essa distinção operacional da história implicaria incorporar os princípios, implícito ou explicitamente, sobre a sua técnica na utilização e função dos fatos como uma prova do passado. O que faz com que “a História se tornasse uma ciência dos fatos” (Ariès 2013, 289).

Sabemos que a prova da objetividade histórica do fato depende da ação subjetiva que o cientista impõe sobre eles. Eis o desafio que o historiador oitocentista se depara. Alguns tentaram impor à história a sua autoridade objetiva. Outros tentaram por meio do equilíbrio entre os valores técnicos e sua narrativa impor um meio de reflexão. Contudo, a história passaria a provar a natureza do conteúdo empírico contida nas fontes, empregando, também, uma lógica fundamentada na sua própria argumentação. Esse é o caso da história, que no século XIX se processou com certa racionalidade e objetividade do fato histórico através da sua operação narrativa. Como era próprio do século XIX, ainda hoje, reverbera aquele velho postulado hegeliano-rankeano, segundo o qual todo real é, também, racional (Dosse 2003, 236).

O próprio Ranke havia argumentado sobre o fato da razão histórica ser algo totalmente real – expressando a sua herança oriunda de Hegel. Segundo ele, o procedimento de racionalização que se assenta sobre o fato científico é fundamentado em três aspectos indispensáveis dessa lógica da argumentação, ou seja: o da prova dos fatos, o do valor dos fatos e o da explicação sobre os fatos. Para Philippe Ariès, esse modelo proposto por Ranke, sobre o procedimento da argumentação, corresponderia, portanto, a três significados levantados por ele. Ou seja, “o estabelecimento dos fatos, a continuidade dos fatos estabelecidos e a explicação dos fatos assim encadeados no tempo” (Ariès 2013, 239). A partir desse modelo, em que



o historiador busca argumentar a racionalidade do fato científico, o tempo se tornou, no século XIX, o principal fundamento de reflexão sobre a sua realidade objetiva. Onde, segundo François Dosse, “ele não se torna um espetáculo vazio, mas, como em Aristóteles, o tempo é tudo” (Dosse 2003, 239).

Ariès propôs que os historiadores, como vimos, repensassem sobre o valor de cada época como um fundamento essencial do estabelecimento da sua unidade objetiva no tempo. Que passaria a ter que compreender a particularidade dos fatos como um determinante do fato universal. Sabe-se que, tradicionalmente, esse problema sobre a veracidade histórica dos fatos universais seria o ponto crucial para que a história se sobressaísse àquela velha crítica aristotélica, que dizia que a poesia era muito mais verdadeira que a história porque ela lidaria com o “universal” e não com o particular. Essa universalidade proposta pelo século XIX influenciou, de diferentes maneiras, o modo como passamos imaginar a universalidade do real e a realidade do particular em outras épocas.

Para C. Seignobos, embora alguns historiadores insistissem que a historiografia era “necessariamente uma ciência subjetiva”, a grande maioria deles não questionava a presunção dessa objetividade, ou seja, daquilo que viria a ser tal qual como se vivenciara em outras épocas (1901, 217). Collingwood argumentava que toda explicação objetiva decorrente das ciências humanas deveria ser diferente da explicação decorrente sobre a sua natureza. Não porque a primeira se dedicaria aos estudos dos homens no tempo, mas porque ela mesma seria responsável por responder as dúvidas sobre as funções do passado através dos fatos verdadeiros. A história científica propõe repensar o passado a partir do cruzamento de dados extraídos das fontes, contrastando determinadas informações e eliminando os seus erros. Para o século XIX, interpretar as fontes exigia do historiador certa precisão nos detalhes da narrativa (D’oro In Aviezer 2009, 144). Para alguns historiadores, são os detalhes que conferem universalidade à narrativa.

Ater-se à precisão dos detalhes oferecida pelas fontes impõe certa densidade à narrativa histórica, necessária a todo historiador. Para Henri Marrou, “mais que estabelecer os ‘factos’, importava-lhes compreendê-los e aliás os acontecimentos que lhe interessam são as mais das vezes de uma essência mais subtil que essas constatações materiais” (Marrou 1966, 48). Em outras palavras a história, no século XIX, foi convertida nessa matéria da ciência da humanidade, onde seria responsável por refletir “parte da vida em que é preservada a escrita” (Tucci 1990, 100).

Jörn Rüsen defende que é por meio da escrita histórica que o historiador comunica a objetividade do passado, de modo que ela expressa a sua razão na sociedade. É essa a razão social que converte a história em uma “necessidade humana básica” (Martins; Schimdt 2016, 26). Rüsen não se apegaria ao fato histórico apenas com o intuito de demonstrar a existência de uma realidade puramente objetiva, mas como parte de uma realização criativa que tem por objetivo sua função social. Rüsen pensa que todo “fato histórico” não deve ser, de forma alguma, algo totalmente empírico ou algo totalmente subjetivo. Para ele, o fato não existe em nenhum desses extremos. Na verdade, para Rüsen, o fato histórico carrega a beleza pela sua existência no tempo de quem lhe imputa a realização. É ele quem devolve ao historiador toda a beleza poética da sua existência e que condiciona determinada realidade como forma de sua provação.

Toda a poética atribuída ao fato histórico não se faz como uma mera cópia da sua existência na realidade. A representação do fato não é algo menos real do que a própria realidade vivida. Para Foucault, pensar o fato histórico nos leva a refletir sobre o instante do factual através do tempo do acontecido. Essa lógica certamente difere o fato do seu instante vivido. Mas, de forma alguma, essa realidade histórica narrada seria inferior ou menos real do que a própria realidade do tempo vivido. O historiador que só transcreve os fatos, como se fossem uma imitação da realidade, esgota a sua forma poética ao tentar retirar do presente o seu significado. Como afirmou Peter Kosso, “os fatos são; as teorias e poesia descrevem” (2009, 12). Caso contrário não haveria história possível.

O problema é que os fatos, mesmo com as interferências dos historiadores sobre eles, não deixam de existir jamais. Contudo, eles não poderiam, de forma alguma, falar por si só. O cientista é quem deve animá-los, dar-lhes voz e visibilidade por meio da linguagem narrativa. São os fatos que confrontam a razão objetiva do historiador e sua ciência. A partir dessa relação o fato se torna o objeto principal do historiador. Cabe a ele selecionar e esmiuçar uma identidade sobre ele. Para isso, o historiador conta com um amplo aparato teórico. O que lhe permite ampliar, por meio da teoria, a sua própria concepção de realidade. É por meio desse processo de racionalização da narrativa que o historiador se relaciona com a estranheza de outros mundos. Só a História “pode responder a esse espanto e reduzir, ou pelo menos limitar e precisar, o absurdo do mundo. Ela lhe explica o porquê das estranhezas que constata, da profundidade ao que de outra maneira seria uma superfície sem densidade” (Ariès 2013, 297).

Tal estranheza não configuraria sozinha a realidade completa dessa realidade histórica. O historiador é quem oferece ao leitor as sensções desse mundo estranho por meio da sua poética. O que, por sua vez, lhe confere significação. No entanto, deve-se considerar a importância dessa subjetividade no processo de representação dos fatos que significam, também, refletir a mentalidade de outras pessoas no passado. Mergulhando no seu pensamento, mais do que as suas próprias ações práticas em vida (Kosso 2009, 14).



Appleby et al. (1994: 10) afirmaram que a objetividade teria que ser “redefinida como um compromisso com a investigação honesta, processos abertos de pesquisa e discussões públicas engajadas sobre o significado dos fatos históricos”, admitindo que essa compreensão “reconhece a impossibilidade de qualquer pesquisa ser neutra (o que também se aplica aos cientistas) e aceita o fato de que a busca pelo conhecimento envolve uma luta viva e contenciosa entre diversos grupos de buscadores da verdade” (Newall 2009, 176-177).

Para Paul Newall, o historiador seria o responsável por compartilhar o seu conhecimento através da intersubjetividade, que nos conecta ao passado e ao pensamento de outras pessoas. Nenhum filósofo da história chegou a ser questionado seriamente sobre isso. Edmund Husserl, por exemplo, havia se dedicado a descrever como os fatos se tornaram fenômenos observáveis em suas percepções. Para ele, a verdade estaria ligada aos fenômenos que conseguimos perceber e descrever de forma objetiva. Já para a sociologia, Halbwachs (1992), por exemplos que chegam a nos dizer como os fatos, a partir de um quadro geral de semelhanças estabelecidas, seriam convertidos em um conceito essencialmente social e coletivo.

A história, como observou o historiador Ariès, passou a ter que se comprometer em encarar a estranheza dos fatos de outra forma. Segundo ele, mesmo que os fatos sejam individualmente independentes das nossas ideias atuais, eles formam coletivamente uma imagem que se torna uma questão de interpretação (Ariès 2013).

A. Wehling criticou essa postura, de quem ignora a importância dos fatos para a historiografia. Segundo ele, os estudos históricos, na verdade, devem se dedicar às evidências dos fatos que, na verdade, podem ou não ser suficientes para eliminar muitas hipóteses improváveis da historiografia. É assim que, segundo ele, devemos evitar o equívoco criado pela ideia de que a interpreta os fatos, que não se dá “fora dos documentos, pois qualquer explanação engajada na atualidade seria necessariamente uma atitude anticientífica” (Wehling 1973, 177).

## DA FONTE HISTÓRICA.

No livro *Introdução aos Estudos históricos*, Langlois e Seignobos afirmaram que a ideia de que não existe história fora das fontes. Segundo eles, o historiador deveria, antes de tudo, saber interpretar os documentos. O que, por sua vez, seria “o ponto de partida, o fato seu objetivo” (Langlois; Seignobos 2023, 51).

O trabalho feito por Ranke também seria uma prova disso. Seu pensamento, sem dúvidas, não havia rejeitado totalmente a influência da filosofia de Niebuhr ou Kant, por exemplo. Ranke criticou, sem dúvidas, no sentido moderno da ciência histórica, a não utilização das fontes pela filosofia, como base para o estabelecimento do conhecimento empírico.

Mas, na verdade, ele não formulou uma crítica direta e bem elaborada sobre metafísica filosófica. Apenas rejeitou a aplicação dos seus conceitos filosóficos pré-estabelecidos na pesquisa histórica. Segunda D’Assunção Barros, quando nos dirigimos ao pensamento de Ranke, devemos compreender, historicamente, o quanto essa atenção meticulosa ao documento, e esta obsessão arquivística, representaram em termos de um novo espírito que se agregava à historiografia profissional no século XIX. No entanto, sua contribuição à narrativa historiográfica representou, segundo Barros, um grande avanço. De acordo Georg Iggers, essa ideia de que Ranke havia recusado totalmente a filosofia é uma falácia. Segundo ele, nenhum outro historiador alemão do século XIX se preocupou tanto com as fundamentações teóricas da prática historiográfica do que Leopold V. Ranke. Ele, certamente, tinha por base uma teoria empírica da história, que refletiu a consolidação do historicismo como uma prática historiográfica. Para Ranke, a metafísica do conhecimento, que parte da filosofia, não se utilizava de uma base material com o objetivo de assegurar a autorrealização científica através dos documentos. Pelo contrário, ela busca pelo processo histórico, questionando o seu sentido, finalidade e as possibilidades de conhecimento sobre o passado. A partir desses questionamentos filosóficos, Ranke pôde, então, cobrar da prática historiográfica que ela fosse, antes de tudo, uma prática empírica, sendo o historiador um vertedor ou copista das fontes, um copiógrafo das palavras.

Ranke fez da profissão de historiador uma especialidade das fontes. As informações extraídas das fontes precisavam ser destiladas e submetidas a um sistemático inquérito através de operações que já discutimos anteriormente. Para Nietzsche, por exemplo, inclusive o trabalho do maior empirista deveria ser feito, antes de tudo, com poesia e arte. Esse “historiador-artista”, segundo Nietzsche, seria o único que poderia converter a história em um instrumento de potencialização para a vida por meio das palavras (Nietzsche 2005).



Com Ranke, a história teria o pretexto da imparcialidade, como justificativa de uma história objetiva. Desprezando o uso da linguagem literária ou filosófica, Ranke optou pelo uso de uma linguagem imparcial. Para Nietzsche, o emprego da ideia de arte e linguagem na história ampliaria ainda mais o seu espírito racionalista sobre o passado. Segundo ele, o historiador, mesmo os historicistas mais radicais, seria um artista ao interpretar as fontes e demonstrar toda a sua crença exagerada na transcrição dos fatos, ou, como disse Ranke “apenas mostrar, como realmente aconteceu” (“*wie es eigentlich gewesen*”). Mesmo Ranke pretendendo a total imparcialidade na transcrição dos fatos, é por meio da linguagem científica ou da sua poética empirista que ele sugere conservar determinada sensação de imparcialidade sobre a realidade retratada.

Para Jules Michelet, o historiador deveria, antes de tudo, absorver a totalidade das fontes, de todas as camadas dessa “poeira do tempo” que, segundo ele, se chama história, para, depois, revelar a sua veracidade (Delacroix 2012, 39). Ele mesmo exalou a poeira dos tempos, que formavam camadas sobre os arquivos. Defendia que a busca pelos fatos deveria ocorrer por intermédio dos arquivos, que nos desperta uma certa vontade técnica da sua organização material. A história pragmática, caracteriza-se por uma abordagem sintética e integral de suas criações, em seu conjunto, sem separar a história política, jurídica, artística ou literária.

Michelet dizia que a presença dos historiadores nos arquivos seria o pontapé inicial que fundamentaria a sua prática científica. Isso é o que levaria o historiador a pensar que a história assume, nos arquivos, o risco da sua vitória ou da sua derrota sobre ele (Farge, 2022, 33). As fontes, segundo François Hartog, é o que contrasta o passado, o presente e o futuro, pois são nos arquivos que o fato se conserva, ao passo que “pressupõe um horizonte histórico” (Hartog 2013, 53).

C. Pinsky (2008) afirma que, nesse exercício de consulta aos arquivos o historiador desenvolve uma habilidade artística no manuseio das fontes, indispensável aos historicistas. Compreender os fatos consistia ao historicismo justamente dar sentido àquilo que os homens fizeram ou pensaram a nossa respeito. C. Delacroix reforçaria essa ideia, ao considerar que o arquivo seria algo diretamente indissociável à nossa condição humana. De uma forma ou de outra, é o arquivo quem “colocaria o discurso histórico em tensão entre a arte e a ciência”. A partir dele, às vezes, “o historiador-narrador se insinua, à maneira de um romancista, no foro íntimo de um dos indivíduos que ele põe em cena” (Delacroix 2012, 43).

Para Wizenmann, a função geral dos arquivos seria apenas um, o de preservar a “fonte do qual deve emanar tudo”. Tudo aquilo que fundamenta o campo das possibilidades e que fundamenta a existência no tempo para além das trivialidades da nossa vida no presente (Koselleck 2016, 126). Michel Foucault defendeu que os arquivos constituem uma espécie de santuário da verdade (Farge 2022). Onde, querendo ou não, os arquivos nos impõem certa influência e poder. Seja por meio da temporalização do pensamento ou por meio do conhecimento sobre o tempo. Independente da ordem, o arquivo, de qualquer forma, atua como um condicionante desse poder sobre a memória social, que pesa a nossa própria existência em outros tempos.

Submeter as fontes a esse processo de interpretação crítica, manifesta não só uma relação de poder, através do qual seria imposta uma forma de linguagem, mas, também, uma relação de submissão, que, por vezes, nos impõe o seu percurso. O historiador deve se dedicar, então, a extrair dos fatos essa realidade vivida, dentro das suas possibilidades e condições sociais. O historiador converte os vestígios em uma força reguladora dos personagens humanos que ele conserva no foro íntimo da sua realidade. Esses personagens são “figuras reais”, é a partir deles que o historiador retira dos arquivos suas histórias e é obrigado a se submeter a um posicionamento delimitado, que articularia a realidade do seu presente à intimidade figurativa do seu passado (Foucault 2006).

Os arquivos históricos só provariam que a realidade, na verdade, não poderia existir por si só, sem um objeto da interpretação científica. Já que eles só existiriam por meio do registro das fontes. Desde a antiguidade já se tinha essa noção de que “o escrito *valeria* como prova” (Hartog 2013, 70). Em que as lembranças seriam, portanto, a nossa única salvação. As fontes conservam os sentidos para a vida, que corresponde ao seu ‘espaço de experiência’, enquanto os arquivos se transformam em “guardião” dessa memória coletiva. As fontes não substituem a experiência do mundo vivido, mas que permitem que esse mundo do vivido seja elevado ao espaço de sua imaginação.

Se os arquivos configuram uma espécie de imaginário social, como “guardião da memória”, então, seria através deles que as palavras nos chegariam carregadas de sentido e de um forte estímulo vital. A fonte é que configura a base dessa construção dos sentidos. É por meio dela que a escrita histórica ganha profundidade empírica e realismo. A fonte nos permite atribuir profundidade ao tempo. Onde, por meio da história o documento ganharia vida. Ela estimula a razão histórica que fundamenta a arte de narrar historicamente. Os arquivos guardam o tempo, ao passo que o historiador se projeta neles através do processo de sua própria realização. Wilhelm von Humboldt já expressava a ideia de que todo arquivo deveria alimentar a arte empírica da história. Pois a sua realidade, ao qual se pretende, também é parte da sua própria imaginação. A história, pela sua natureza científica, dependeria, assim, dos documentos que expressam, através deles, a poesia dos fatos. Para Delacroix, “a história, longe de ser concebida como mera cópia do real, é apresentada como uma imitação, à imagem da criação artística das fontes” (Delacroix 2012, 78).



Humboldt pensava a história para além do seu sentido empírico, ou seja, buscava atingir uma concepção de saber constituído pela historicidade do observador em relação ao observado. Para ele, estudar a política e a linguagem seria o melhor referencial para se pensar sobre a essência do historicismo, não apenas como um problema para a história, mas, também, para todo o mundo intelectual. Segundo Humboldt, a história sofreu um grande avanço na transição do século XVIII para o XIX. Peter H. Reil chegou a nos dizer que Humboldt e Ranke, nessa época, eram “tão intimamente ligados na maioria dos relatos sobre o desenvolvimento do pensamento e da prática histórica na Alemanha que muitas vezes pareciam se fundir como dois elementos da mesma persona” (Iggers; Pawell, 1990). No entanto, haviam diferenças óbvias entre os dois pensadores: enquanto Humboldt valorizava a questão da *teoria* das fontes, Ranke passou a valorizar mais a *prática* histórica sobre elas.

Estevão C. de Rezende Martins reforçou essa questão da prática para Ranke. Segundo ele, “a história era ao mesmo tempo ciência e arte das fontes” (2017, 51), em que “o artista em Ranke exigia que ele representasse a amplitude sensível do acontecimento” (Martins 2017, 51), e cujo raciocínio se fundiu à sua lógica e ao seu método por meio das fontes.

A arte de interpretar e traduzir historiograficamente as fontes, elevaria o *eu* do historiador a uma relação de poder que ele teria sobre o não-vivido, próprio da prática histórica. Para C. Pinsky (2008, 07), somente por meio dessa relação de domínio sobre o fato documentado é que o historiador viabilizaria sua atividade criadora sobre o tempo da humanidade, e, assim, imporia à linguagem um papel primordial na formação histórica de cada povo.

O ato de interpretação das fontes também nos impõe uma forma de poder e dominação, que, segundo Foucault, atravessa o processo da leitura e da imaginação, que nos representa. Heidegger dizia que o hábito de comunicar o passado por meio do presente deveria nos levar em ao seu vínculo com a autorrepresentação, autorrealização e autopreservação por meio da narrativa. Segundo ele, toda forma de historicidade nos impõe um gesto simples de comunicação, que só tem sentido caso seja preservado a sua própria temporalidade no horizonte de “ser-aí” (*Dasein*), na qual é determinado pelo modo como nos projetamos no tempo (Heidegger 2005).

Como salientou Ariès, a fonte é naturalmente uma forma de registro, que expressa, na história, “o interesse que o homem tem pelo homem” (2013, 297), convertendo-o em “seu esqueleto” através da narrativa historiográfica (2013, 291).

Ranke, por exemplo, se questionava: se caso os filósofos tivessem incorporado as fontes como instrumento de trabalho, se não seria o seu trabalho também uma prática histórica? Para Ranke, se os cientistas de sua época, por exemplo, tivessem atribuído à poesia a tarefa de reconhecimento da vida humana através das fontes, então ela mesma seria, sim, uma prática histórica. Até porque essa prática de interpretação das fontes, segundo ele, diferentemente da filosofia, buscaria estabelecer essa intimidade própria do historiador com outras épocas.

De fato, o que justifica o desvio pela poética é, antes de mais nada, levar em consideração o leitor. É para este último que o historiador deve fazer com que sua história se assemelhe “um pouco” ao poema épico com a preocupação de levá-lo a “descobrir as ligações” e a “chegar ao desfecho”. Neste aspecto, ele distingue-se totalmente do erudito que “segue seu gosto sem consultar o público” e, página atrás de página, acumula os achados de sua “insaciável curiosidade”. Fénelon passa da retórica para a poética, equiparando historiador e poeta, até concluir – sem dúvida, com um sorriso – que um excelente historiador é, talvez, ainda mais raro que um grande poeta (Hartog 2013, 181).

Croiset, por exemplo, foi influenciado por questões do pensamento aristotélico, onde relacionou a história a partir de uma “perspectiva da divisão mais moderna entre a história como arte e a história como ciência – com a verdade da arte e da ciência” (Hartog 2013, 89). Essa dupla personalidade da história, através da sua concepção sobre a recriação do passado, foi fundamental para que ele pudesse defender os meios criativos pelo qual a história ganha uma conotação poética. Para os mais pragmáticos, seria através do emprego de uma linguagem mais imparcial que o historiador conservaria a sua relação com a objetividade do tempo representado. A fonte, além de trazer em seu conteúdo a amplitude dos fatos passado, ela mesma também se converteria nesse tipo, mais específico, de ato histórico.

O filósofo Hegel dizia que a *Geschichte* passou a reunir, na língua alemã, “tanto o lado objetivo quanto o subjetivo, que significa tanto a *historiam rerum gestarum* quanto as próprias *res gestas*” (Koselleck 2016, 134). Para ele, a qualidade de fonte histórica, configuraria também uma busca pela ideia ou espírito absoluto, como um processo dialético. O resultado desse movimento estabeleceria, portanto, uma constante histórica, que tenderia a superação das contradições e nos levaria ao tempo do desenvolvimento e do conhecimento na realidade. Observe que a dialética da interpretação resulta a busca pela unidade dialética entre o cruzamento do conhecimento científico e a realização do conhecimento poético. Ou seja, o



conhecimento material e artístico, ou conhecimento prático e poético, aqui, reafirmam a máxima aristotélica de que “o poeta [é]... senhor sobre a História; e ele pode aproximar os acontecimentos tanto quanto queira” (*Ib.* 137).

A história jamais poderia ser reduzida apenas a uma coleção de fatos antigos, que exporia seus objetos em uma vitrine de antiguidades, como criticava Croce. Ter certa habilidade em manuseá-los e interpretá-los se tornou indispensável para que o historiador viabilizasse a verdade histórica por meio do seu discurso e saber científico. Na verdade, para Croce todo passado-presente possuiria um vazio, que deveria ser preenchido cientificamente pela habilidade do historiador.

Hartog reafirma que o século XIX nunca se limitou apenas transcrever os fatos documentados, como pensavam alguns historiadores. Para ele, o século XIX, foi mais além do que isso. Foi preciso, antes de tudo, saber interpretar as fontes, adquirir um saber artístico capaz de contar com veracidade e realismo os fatos retratados. Segundo ele, diferentemente de outras ciências, a história não se contentaria simplesmente em registrar o que foi encontrado; A história, requeria, antes de tudo, a capacidade de recriar as condições de realidade que as fontes ofereciam, dentro das suas possibilidades históricas.

## CONCLUSÃO

Como vimos, observamos que o século XIX, como em Ranke, a história se foi manifestada mais como o resultado da incorporação da filosofia e da poesia, do que uma ‘física histórica’. Só assim a história pôde se abrir a um novo caminho – como resultado dessa união. A diferença é que enquanto a filosofia e a poesia se projetavam para um reino do idealismo, a história se emancipou delas e passou a se projetar a partir de registros da realidade vivida pela própria humanidade. Abrindo, assim, um novo caminho através do amparo das fontes.

As primeiras realizações da história como ciência se deram, primeiro, através da poesia e, depois, da filosofia, para que, assim, segundo Ranke, ela pudesse, enfim, conquistar a sua própria faculdade científica. Similar ao que se projeta no mito de Hesíodo, no poema épico *Os trabalhos e os dias*, em que ele narra a trajetória dos homens que foram expulsos do Olimpo e tiveram que se dedicar, sozinhos, a tarefa árdua de arar a terra e lidar com as próprias adversidades, em uma nova realidade áspera e severa. A trajetória da cientificização da história no século XIX seguiu um caminho parecido com a história dos homens do Olimpo.

Aqui, o historiador no século XIX havia descido do reino mítico da poesia e da filosofia, e abraçado a crueldade científica da dura realidade factual na esperança de ter conquistado o reino do progresso e da nação. A história deixou o amparo da filosofia e da poesia, ou seja, do tempo dos deuses, para se dedicar, especificamente, ao tempo dos homens.

Pode parecer contraditório, mas ao passo que a história se libertava da filosofia e da poesia, ela, aos poucos, teve que se unir novamente as duas para que, assim, pudesse abrir para si mesmo um novo caminho. Como disse Benedetto Croce, a história, ao se emancipar da filosofia, teve que se afirmar como uma ciência do tempo dos homens, em que os fatos não seriam mais percebidos *sub specie aeternitatis*<sup>iii</sup>. Não seriam mais percebidos como imutáveis, divinos e imortais, mas humanos e transitórios (Croce 2023, 80).

Para Ranke, se alguém atribuísse ao filósofo a tarefa de ter que preencher o passado com a temporalidade dos homens, ele estaria se dedicando, certamente, a busca pelo contexto das fontes. Todo historiador deveria, a partir do século XIX, ter que se debruçar sobre a variedade dos arquivos. Em sua sala de leitura, no habitual sigilo, ele irromperia o silêncio dos arquivos e das fontes, e ofereceria nesse tempo o peso dos sentidos. Segundo Johann G. Fichte, o historiador “na medida em que é artista, possui em si aquilo que é comum a todas as almas cultas, e, em vez do senso individual, que nos separa e distingue, deve habitar nele na hora do entusiasmo como que o senso universal de toda a humanidade” (Beckenkamp 2017, 140).

O próprio Ranke havia proclamado que a libertação da história se deu pela sua capacidade no modo de oferecer uma nova abordagem (Ranke 1973, 34). Ironicamente, Benedetto Croce havia dito que todo “fato não histórico seria um fato que não foi pensado e, portanto, não existiria, e até agora ninguém se deparou com um fato inexistente” (Croce 2023, 80). Essa colocação vai de encontro ao que tratamos aqui. Ou seja, com o que Ranke disse quando atestou que a descoberta do fato transmitiria aquilo que as fontes teriam a lhe oferecer a partir da sua própria época.

Sérgio da Mata disse que o historiador não poderia, de forma alguma, ignorar a “beleza da composição” poética com que Ranke, por exemplo, havia, no século XIX, objetificado as questões da sua própria realidade. Segundo ele, “a despreensão e a concisão do estilo, e, diria mais, o equilíbrio de julgamento e a extraordinária capacidade de identificar e construir conexões históricas, tudo isso tinha-o Ranke no mais alto grau” (Da Mata 2011, 248).



Giambattista Vico também trouxe sua contribuição para o campo dessa nossa análise sobre os fatos na filosofia, através da ideia de que a ciência deveria narrar e descrever a amplitude do tempo da fonte, pois todo fato equivale às criações humanas. A história seria, portanto, o resultado desse reconhecimento sobre os registros. Que, para Vico, deveria elevar os fatos ao nível da “embriaguez poética”, o que implicaria certa liberdade criativa na organização dessa realidade documentada (Vico 1990; Croce 2002).

Segundo a clássica afirmação de Quintiliano: "*Historia est proxima poetis et quodammodo carmen solutum*"<sup>iv</sup>, a história deveria enfatizar a importância do caráter libertador que lhe impõe todo o respeito através do rigor com que confronta a seleção dos seus testemunhos. Historiadores como no caso de Heródoto, deram mais ênfase ao caráter artístico da história, outros, como no caso de Tucídides, deram maior importância para a verdade do acontecido (autopsia). Ninguém, até o século XIX, havia visto a necessidade de unir os dois (filosofia e poesia) em um só. Por isso mesmo que o pensamento de Ranke foi tão importante para a sua época, pois marcaria o início de uma nova era para a história.

O próprio Maquiavel já havia tentado nos ensinar que o “conceito de tempo não seria suficiente para guiar as ações dos homens no mundo, e isso pela simples razão de que o que chamamos história é a ordem da ação e do fazer, e não do mero acontecer” (Bignotto 2003, 110). Mas, nessa época, muito pouco ainda se sabia sobre a relação histórica entre a “ação” e o “fazer” historiográfico.

Com o século XIX, surge um novo problema, o “do conhecimento histórico tanto nos termos da representação rigorosa dos fatos, quanto naqueles do desenvolvimento da unidade e da progressão dos acontecimentos documentados” (Araújo In Parada 2013, 74). Onde a nova tônica histórica atribuída pelo historicismo, deveria sobressair a mera questão da cientificidade, elevando-se, também, ao nível da criatividade.

A história seria, portanto, ao mesmo tempo, arte e ciência no século XIX. Arte, porque ela repousaria sobre a necessidade de criação. E ciência, porque não se reduziria ao simples produto de imaginação do historiador.

## REFERÊNCIAS

- AGAJELU, Abuoma C. & ORIZU, Oluchukwu N. "*Leopold Von Ranke and Development of Modern Historiography*". Renaissance University Journal of Management and Social Sciences, RUJMASS, Vol. 4, (Issue 1), 2018.
- ANKERSMIT, Frank. *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language* (The Hague: Martinus Nijhoff ), 1983.
- \_\_\_\_\_. Narrative and Interpretation. In. TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.
- ARAÚJO, Valdeia L. de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- ARAÚJO, André de Melo. "Leopold Von Ranke (1795-1886)". In. PARADA, Maurício. *Os historiadores: clássicos da história*. Petrópolis, RJ: PUC-Rio, 2013.
- ARIÈS, Philippe. *O tempo da História*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BARROS, *O tempo dos historiadores*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BECKENKAMP, J. *Fichte e a filosofia do espírito de Hegel*. Revista eletrônica estudos hegelianos, ano. 14, nº 24, 2017.
- BEISER, Frederick C. "Ranke's Romantic Philosophy". In. *The German Historicist Tradition*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- BENATTI, Antonio P. "História, Ciência, Escritura e Política". In. GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira & RAGO, Margareth (Org.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2014.
- BENZONI, G. Ranke's favorite source: The venetian relazioni Impressions with Allusions to Later Historiography. In. IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.



- BERRY, Stephan. The Laws of History. In: TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel e a história*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2003. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/860/3/000860.pdf>.
- BOLDT, Andreas. *Leopold Von Ranke: A Biography*. London: Routledge, 2019. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781351042741/leopold-von-ranke-andreas-boldt>.
- CARR, E. H. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papius, 2012.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. Lisboa: Presença, 1981.
- CROCE, Benedetto. *Teoria e História da Historiografia*. Curitiba: antoniofontoura, 2023.
- \_\_\_\_\_. *The Philosophy of Giambattista Vico* (translated by R. G. Colingwood, introduction by Alan Sica). New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2002.
- DA MATA, Sérgio. *Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 4, n. 6, pp. 247–251, 2011. DOI: 10.15848/hh.v0i6.244. Disponível: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/244/178>.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017.
- DELACROIX, Christian. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- D'ORO, Giuseppina. Historiographic Understanding. In: TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009.
- DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FARGE, Arlette. *O Sabor dos Arquivos*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2022.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes., 1999.
- \_\_\_\_\_. *Poder e saber* (2006). In M. B. Motta (Org.). *Estratégia, poder-saber* (Coleção Ditos & Escritos, Vol. 4, pp. 223-240). 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FONTES, José Silvério Leite. *Formação do fato histórico na cultura ocidental*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2020.
- FREITAS, Itamar. *Objetividade histórica no manual de teoria da história de Roberto Piragibe da Fonseca (1903-19086)*. Revista de teoria da história, Goiânia, v. 23, n. 2, 2021., p. 275. DOI: 10.5216/rth.v23i2.63979. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/63979>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GIL, Thomas. *Leopold Ranke*. In: TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2008. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília., 2003.
- \_\_\_\_\_. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Atênica Editora, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. *On Collective Memory*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1992.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2005.



- IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- \_\_\_\_\_. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.
- KOSSO, Peter. Philosophy of Historiography. In. TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.
- LACOMBE, P. *De l'histoire considérée comme Science*. Paris: Hachette, 1894.
- LANGLOIS, C. & SEIGNOBOS, C. *Introdução aos Estudos Históricos*. Curitiba: antoniofontoura, 2023.
- LAFERRIÈRE, J.-E. "L'art et la science en histoire". dans *Semaine d'histoire du Canada. Compte rendu et mémoires/première session tenue à la bibliothèque Saint-Sulpice à Montréal, du 23 au 27 novembre 1925*, Montréal, Société historique de Montréal, 1925. Disponível em: <https://books.openedition.org/pum/13157>.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Teoria e Filosofia da História*. Contribuições para o Ensino de História. Curitiba: W & A Editores, 2017.
- \_\_\_\_\_. & SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Org.). *Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história*. Curitiba: W. A. Editores Ltda, 2016.
- MARROU, H.-I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Editorial ASTER, 1966.
- MCCULLAGH, C. Behan. Colligation. In. TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009.
- NEWALL, P. Historiographic Objectivity. In. TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a utilidade e desvantagens da história para a vida*. Escritos sobre a história. São Paulo: Loyola, 2005.
- REIL, Peter H. History and the life sciences in the early nineteenth century. In. IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.
- PINSKY, Carla. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- POINCARÉ, Henri. *O valor da ciência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- PRIORE, Mary Del. *Biografia, biografados: Uma janela para a história*. In. AVELAR, Alexandre de Sá & SCHMIDT, Benito Bisso. *O que pode a biografia*. São Paulo (SP): Letra e Voz, 2018.
- RANKE, L. *The theory and Practice of History*. Indianapólis, NY: The Bobbs-Merril Company, 1973.
- \_\_\_\_\_. *The secret of world history: Selected writing oh the Art and Science os History*. New York: Fordham University Press, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Sobre las epocas em la Historia moderna. Pueblos y épocas em la Historia Moderna*. México: Fondo de Cultura Economica, 1948.
- REIS, José Carlos. *Wilhem Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- SEIGNOBOS, Charles. *La méthode historique appliquée aux sciences sociales*. Paris: F. Alcan, 1901. Disponível em: <https://classiques.ugam.ca/classiques/seignobos charles/Methode historique appliquee aux sc soc/Methode historique appliquee aux sc soc.pdf>.



THIESSE, Anne Marie. *A criação das identidades nacionais*. Temas e debates actividades editoriais: Lisboa, 2000. Disponível em: [file:///C:/Users/crist/Downloads/THIESSE Anne Marie A criacao das identid.pdf](file:///C:/Users/crist/Downloads/THIESSE%20Anne%20Marie%20A%20criacao%20das%20identid.pdf).

TUCCI, Ugo. Ranke and the Venetian document market. In: IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.

TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.

UDEHN, Lars. The Ontology of the objects of Historiography. In: TUCKER, Aviezer. *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. United Kingdom: Blackwell publishing, 2009. Disponível em: <https://analepsis.org/wp-content/uploads/2011/08/blackwell-companion-to-the-philosophy-of-history-and-historiography.pdf>.

VICO, Giambattista. *On the Study Methods of Our Time* (translated by Elio Gianturco, with a preface and a translation of The Academies and the Relation between Philosophy and Eloquence by Donald Phillip Verene). Ithaca: Cornell University Press, 1990.

VIERHAUS, Rudolf. Historiography between Science and Art. IGGERS, Georg G. & POWELL, James M. *Leopold von Ranke and the shaping of the historical discipline*. New York: Syracuse University Press, 1990.

WEHLING, Arno. *Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica*. Revista de História, São Paulo, v. 46, n. 93, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131940/128085>.

WILLIAN, Robert C. *The Historian's Toolbox: A Student's Guide to the Theory and Craft of History*. New York: M.E. Sharpe, 2010.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/monograph/book/98234>.

## NOTAS

<sup>i</sup> “Sobre a tarefa do historiador”.

<sup>ii</sup> “ciências espirituais”

<sup>iii</sup> “Sob o aspecto da eternidade”

<sup>iv</sup> “A história se aproxima do poeta e de certa forma o poema se liberta”.

